REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS

NÚMERO 40

O cárcere como instrumento de gestão penal da pobreza

Prison as an instrument of criminal management of poverty

UFRGS

Victória Maria Américo de Oliveira
Faculdade Damásio

Alexandre Ribas de Paulo
Universidade Estadual de Maringá

O cárcere como instrumento de gestão penal da pobreza

Prison as an instrument of criminal management of poverty

Victória Maria Américo de Oliveira*

Alexandre Ribas de Paulo**

REFERÊNCIA

OLIVEIRA, Victória Maria Américo de; PAULO, Alexandre Ribas de. O cárcere como instrumento de gestão penal da pobreza. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 40, p. 154-175, ago. 2019.

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise crítica acerca do cárcere e seus efeitos no tratamento estatal dado à população socialmente vulnerável, traçando uma relação entre o Estado Social e o Estado Penal. Questionando o interesse que norteia a (in)eficácia do sistema prisional e como ele se legitima socialmente através de um discurso político de segurança pública amparado pelo pânico propagado pelos meios de comunicação, pretende-se expor a seletividade tanto da norma penal quanto do sistema criminal, que, somadas, resultam na construção do perfil do delinquente e no encarceramento em massa dos pobres. A partir de uma exposição crítica, almeja-se fomentar o debate do papel da criminalização da pobreza na gestão das ilegalidades pelos interessados nos produtos do cárcere.

ABSTRACT

This article proposes a critical analysis about the prison and its effects on the state treatment given to the socially vulnerable population, drawing a relationship between the Social State and the Criminal State. Questioning the interest that governs the (in) effectiveness of the prison system and how it legitimizes itself socially through a political discourse of public security supported by the panic propagated by the mass media, it is intended to expose the selectivity of both the normal criminal and the criminal system, which, together, result in the construction of the delinquent profile and the mass incarceration of the poor. From a critical exposition, it is hoped to foment the debate of the role of the criminalization of poverty in the management of illegalities by those interested in the products of prison.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Penal. Criminologia. Sistema Penal. Seletividade. Pobreza.

KEYWORDS

Criminal law. Criminology. Penal system. Selectivity. Poverty.

SUMÁRIO

Introdução. 1 A expansão do Estado Penal. 2 Criminalização Seletiva. 3 Gestão Penal da Pobreza. Conclusão. Referências.

* Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Faculdade Damásio. Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, 2018. Advogada em Maringá-PR.

** Pós-Doutorando em Direito, Política e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC). Bacharel em Direito pela UFSC (2000); Mestre (2006) e Doutor (2011) em Direito, Estado e Sociedade pelo PPGD/UFSC. Professor Adjunto na Universidade Estadual de Maringá (UEM), lecionando a matéria de Direito Processual Penal para o Curso de Graduação em Direito. Professor da Escola da Magistratura do Paraná – Núcleo Maringá, lecionando a matéria de Direito Processual Penal.

INTRODUÇÃO

O sistema carcerário brasileiro é comumente considerado como um sistema falho e em crise. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, ao deferir parcialmente o pedido de medidas cautelares formulado na ADPF nº 347/DF, proposta em face da crise do sistema carcerário brasileiro, reconheceu expressamente a existência do “estado de coisas inconstitucional” no sistema penitenciário brasileiro, ante as graves, generalizadas e sistemáticas violações de direitos fundamentais da população carcerária.

Entretanto, apesar da sabida condição de falência do sistema prisional, o que se verifica é uma crescente utilização do Direito Penal pelo Estado como forma de intervenção na população diante da inércia e incompetência do Estado no trato dos problemas sociais. O Direito Penal passa a ser a resposta imediata do Estado aos conflitos e não apenas *ultima ratio* como preconiza os princípios do ordenamento jurídico brasileiro.

O que se pretende com o presente artigo é uma reflexão crítica sobre o que norteia a expansão do sistema penal mesmo frente a sua falência tanto quanto financeira quanto no papel de reintegração do criminoso e de prevenção de condutas criminosas, o que vem custando tantas violações ao próprio Direito brasileiro, em especial aos direitos humanos.

Com tal objetivo, a partir de uma sólida revisão bibliográfica e de dados oficiais sobre o tema, o texto é dividido em três partes que dialogam constantemente entre si. Em um primeiro momento, é abordada a expansão do Estado Penal através de um discurso amparado pelo pânico dissociado nas mídias sociais. A partir dessa expansão, a segunda parte do texto aponta como a partir de uma criminalização generalizada é possível que o Estado atue seletivamente sobre aqueles que se enquadrem

no estereótipo de delinquente desejado pelo momento político. Por fim, em um terceiro momento, o foco é detido na consequência da expansão do Estado Penal juntamente com a seletividade do sistema que é a criminalização da pobreza e gestão desta de acordo com os interesses das classes dominantes, sob um falso discurso de segurança que camufla a segregação social e a estratificação das classes.

Fomentar o debate acerca do sistema carcerário especialmente através de uma visão crítica sobre os interesses que norteiam sua manutenção é primordial condição para superar o atual cenário de mitigação dos direitos humanos e para a construção de novos paradigmas e modelos que atendam genuinamente os interesses de toda população.

1 A EXPANSÃO DO ESTADO PENAL

O processo de globalização¹ pós-Segunda Guerra Mundial trouxe, em conjunto aos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, inúmeras transformações econômicas e políticas, dentre elas a hegemonia do capital. A expansão dos ideais norte-americanos estendeu a nível mundial a influência do neoliberalismo, notadamente no tocante a livre iniciativa.

Com o viés não intervencionista, o Estado tende a reduzir - ou até mesmo eliminar - o sistema de proteção social com a justificativa de corte de gastos públicos e redução de impostos, além de flexibilizar as relações de trabalho sob o argumento do livre mercado.

No contexto neoliberal, só são relevantes aqueles que integram a relação comercial, seja enquanto empresário, seja

¹ Adotou-se o conceito elaborado por Boaventura de Sousa Santos (2008), qual seja, “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”.

enquanto consumidor com poder econômico suficiente para alimentar esse sistema baseado no lucro. Já aqueles que não são detentores de capital não têm espaço enquanto sujeitos de direitos na nova ordem econômica. Assim, a ausência de políticas públicas sociais, somada à exclusão econômica da classe “não consumidora,” acarreta no crescimento do desemprego e na proliferação da criminalidade, ou melhor, de uma espécie de “economia não-oficial” (WACQUANT, 2001, p.5).

Logo, percebe-se que entre as consequências sociais e humanas do processo de globalização está a radicalização da desigualdade social planetária na forma de marginalização, miserabilidade e exclusão social (ANDRADE, 2013).

Como estratégia para conter as massas empobrecidas e manter a estratificação de classes, o neoliberalismo aposta em políticas cada vez mais duras de controle social, especialmente, na criminalização (BATISTA, 2009). Com a ideologia individualista, o Estado lida com os problemas sociais enquanto problemas do indivíduo, retirando o senso coletivo da questão e, assim, atribuindo ao Direito Penal a função retributiva e repressiva das condutas tidas como desviantes.

Por conseguinte, a destinação dos recursos públicos se desloca das políticas de proteção aos direitos humanos em direção ao encarceramento em massa da população, com a vantagem de que o aumento de gastos com a segurança pública e o sistema carcerário não gera questionamento ou indignação popular, pelo contrário, são propostas que costumam atrair o eleitorado sob a falsa impressão de proteção do povo.

No Brasil, de acordo com os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança

Pública², desde 1998 pode-se observar uma notável evolução das despesas realizadas com a denominada “Função Segurança Pública”, alcançando no ano de 2015 o patamar de 4,5 bilhões de reais, sendo que, em relação à execução orçamentária do Ministério da Justiça, aproximadamente 90%, dos recursos concentram-se em dotações da administração direta e dos departamentos das polícias federais, restando aos Fundos – como o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e Fundo Nacional Antidrogas – apenas 7% da execução orçamentária.

A partir da análise dos dados supracitados, pode-se inferir que os recursos públicos são destinados em sua gritante maioria às formas violentas de repressão do crime, enquanto um patamar mínimo do orçamento é direcionado à sua prevenção e aos gastos com as pessoas sob custódia do Estado.

É nesse cenário de expansão do Estado Penal que se opera a gestão e vigilância da classe marginalizada. É por meio da punição que o Estado, que representa a institucionalização das classes dominantes, transmite seu poder sobre os excluídos do cenário econômico. Para isso, utiliza-se da ideia de Jeremy Bentham (2008) para criação de uma espécie de panóptico social, não apenas enquanto edifício arquitetonicamente projetado para a obediência, mas sim como uma sociedade inteira sob dominação.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório do poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetivos que devem ser conhecidos

² Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 12 junho de 2017.

em todas as superfícies onde este se exerça (FOUCAULT, 2013, p. 194)

Nessa perspectiva, surge nos Estados Unidos, com a reeleição de Bill Clinton, uma “reforma” da assistência social para vigiar e punir:

Sob o manto da “reforma”, a lei sobre a responsabilidade individual e do trabalho, de 1996, instaura o dispositivo social mais retrógrado promulgado por um governo democrático no século XX. Sua passagem confirma e acelera a substituição progressiva de um (semi) Estado-providência por um Estado carcerário e policial no seio do qual a criminalização da marginalidade e a contenção punitiva das categorias deserdadas fazem as vezes de política social (WACQUANT, 2007, P. 41)

O discurso de lei e ordem e política criminal repressiva, amparada pela propaganda do “sonho americano”, em oposição ao discurso do “Welfare State”, conquistaram o eleitorado norte-americano, não só nos governos do século XX com Nixon e Clinton, mas também no atual cenário político com o presidente Donald Trump.

No contexto de expansão do Estado Punitivo surge em Nova York a política policial e judicial da “tolerância zero” para combater a criminalidade e a violência urbana causada, segundo o governo republicano, pela generosidade das políticas sociais de ajuda aos mais pobres. A doutrina da tolerância zero legitimou a gestão policial e judicial da pobreza através de uma política de repressão rígida e inflexível sobre os delitos menores, sob a retórica de guerra ao crime e reconquista do espaço público para a classe consumidora (WACQUANT, 2001).

Na América Latina, por sua vez, o discurso neoliberal ganha o eleitorado e convence a população à medida que se opera a “satanização do marxismo” (ZAFFARONI, 2001, p. 34) sendo este entendido não apenas

pelos ideais desenvolvidos por Karl Marx, mas também como qualquer outro pensamento que é percebido como uma ameaça ao exercício do poder pelas classes dominantes.

Como consequência do Estado neoliberal e da ausência de políticas públicas de inclusão social, tem-se o crescimento da economia informal situada no plano das ilegalidades e sujeita, assim, à intervenção policial. Nesse sentido, delimitam-se como cenário alvo do Estado punitivo os excluídos do sistema mercantil: os pobres, os negros e os imigrantes indesejados.

Para legitimar socialmente a política de violência punitiva aos marginalizados, a mídia atua na propagação da cultura do medo sobre a classe consumidora. Nota-se que os canais de TV, especialmente os abertos, reservam parte considerável de sua programação para tratar da criminalidade e violência de todo o tipo, causando uma constante sensação de insegurança e pânico e desviando a atenção dos demais problemas ligados às questões sociais e que são, muitas vezes, causas dessa criminalidade exibida.

Segundo dados disponibilizados em 2016 pelo Fórum de Segurança Pública Nacional, 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinados e 85% tem medo de ser vítima de violência por parte de criminosos, enquanto 57% da população apoiam a máxima de que “bandido bom é bandido morto”.³

É nesse momento de pânico social que as elites políticas se utilizam do medo da população para justificar o reforço do aparelho penal, enquanto as elites midiáticas cumprem o papel de atribuir a insegurança da população ao “marginal”, cujo estereótipo é por elas construído

³ 10º ABSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. ISSN 1983-7364. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2017.

e estampados nas telas da televisão e manchetes de jornais.

A mídia, construindo seletiva e sensacionalistamente a notícia sobre a criminalidade, cumpre um papel fundamental na construção social do perigo e do medo. Centrando a atenção na "violência" da rua e do campo, que ela e a polícia podem acessar, divulgando estatísticas alarmantes e sem fundamentação científica de seu aumento assustador, ela é a mais poderosa agência do controle social informal que, em simbiose com o sistema penal, sustenta o paradigma de guerra. Integra, portanto, o cotidiano dos brasileiros, invadindo suas casas, a informação massiva através de programas televisivos baseados na espetacularidade da violência (sangue) e da vitimação (lágrimas) individuais, com interlocutores que bradam no ar tanto a "vergonha" da impunidade ("Isto é uma vergonha!") dos "maus cidadãos" quanto a apologia da repressão ("cadeia") para eles. É o chamado "Movimento de Lei e Ordem" (ANDRADE, 2003, p.144-145).

No Brasil, por exemplo, a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8072 de 25 de Julho de 1990) foi promulgada sob pressão midiática diante de extorsões mediante sequestro tendo como vítimas pessoas importantes da elite econômica e social do país (FRANCO, 1994, p.43-44). Em 1994, novamente sob pressão da mídia e clamor popular, a referida lei foi editada para a inclusão do homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII) após assassinato da atriz Daniella Perez, filha da novelista Gloria Perez.

A Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006), por sua vez, trouxe, dentre outras medidas, a proibição da liberdade provisória e a vedação da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos para os condenados pelo crime de tráfico de drogas previsto no artigo 33 da referida lei.

Insta-se ressaltar que essas medidas teriam um impacto imensurável no sistema carcerário se não fossem declaradas inconstitucionais⁴, visto que a maioria das pessoas encarceradas no Brasil foi presa pela prática do crime de tráfico de drogas, conforme apontam os dados divulgados pelo Ministério da Justiça⁵.

A "legislação do pânico" juntamente com as políticas de "lei e ordem" e "tolerância zero", por parte das agências executivas, acarretam na superlotação das penitenciárias. De acordo com os dados divulgados pela CPI Sistema Carcerário Brasileiro de 2015⁶, a taxa de ocupação dos estabelecimentos carcerários brasileiros, em 2014, era de 161%, o que significa que a cada 10 vagas existentes no sistema, existem aproximadamente 16 indivíduos encarcerados.

Destarte, fica evidente, nesse contexto, que a política econômica neoliberal significa, na verdade, menos Estado Social e mais Estado Penal, sendo este substituto daquele (apesar de antagônicos em seus objetivos), gerando o crescimento da insegurança e das desigualdades.

⁴ Em 2010 o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a proibição de substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus no. 97256/RS. Relator Min. Ayres Britto. Julgado pelo Pleno. Publicado em 16 de dezembro de 2010).

⁵ Dados divulgados pelo Infopen (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Infopen*: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em 24 de julho de 2017).

⁶ Dados disponibilizados no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-sistema-carcerario-brasileiro/documentos/outros-documentos>>. Acesso em 3 de julho de 2017.

2 CRIMINALIZAÇÃO SELETIVA

O Estado faz uso da legislação para exercer o controle sobre a população e, para isso, criminaliza condutas humanas. Sob o manto do princípio da legalidade, ocorre a legitimação da intervenção estatal nas relações interpessoais regulamentadas pelo Direito Penal, relações estas escolhidas “de acordo com certas pautas detalhadamente explicitadas” (ZAFFARONI, 2001, p. 21).

Nesse sentido, criminaliza-se o máximo de condutas possíveis para que os órgãos executivos, diante da possibilidade de exercer seu poder sobre toda a população, possam estar amparados pela legalidade para atuar com arbitrariedade. Nesse sentido, assevera Zaffaroni (2001, p. 21): “Os órgãos legislativos, inflacionando as tipificações, não fazem mais do que aumentar o arbítrio seletivo dos órgãos executivos do sistema penal e seus pretextos para o exercício de um maior poder controlador”.

Apesar de a criminalização ser generalizada, percebe-se, ainda, que os processos que a envolvem (criminalização primária e secundária) são conduzidos de maneira seletiva por aqueles que se encontram em situação dominante dentro do cenário capitalista neoliberal.

A produção da lei penal, também chamada de “criminalização primária”, corresponde “ao processo de criação das normas penais, em que se definem os bens jurídicos a serem protegidos, as condutas que serão criminalizadas e as respectivas penas numa determinada sociedade” (ANDRADE, 2003, p. 44).

Apesar de estarem igualmente disciplinados pelo Código Penal, os tipos penas possuem diferentes níveis de reprovabilidade, representados pela gravidade na pena atribuída à respectiva conduta típica.

Nesse contexto, observa-se a

seletividade da norma. Nota-se, ao comparar a tutela dada a bens jurídicos que interessam às classes dominantes em relação a de bens jurídicos lesionados por essas mesmas classes, que a norma atende aos interesses dos “donos do poder”. Isso porque o sujeito passivo é o titular do bem jurídico tutelado, logo, as classes dominantes através do seu poder institucionalizado – o Estado – punem mais severamente os bens jurídicos das quais são titulares, por exemplo, o patrimônio.

Primeiramente, faz-se necessário entender o conceito de bem jurídico. Para Claus Roxin (2006, p. 18-19) os bens jurídicos podem ser definidos como “circunstâncias reais dadas ou finalidades necessárias para uma vida segura e livre, que garanta a todos os direitos humanos e civis de cada um na sociedade ou para o funcionamento de um sistema estatal que se baseia nestes objetivos”.

Consonante ao princípio da subsidiariedade, ROXIN (2006) leciona, ainda, que o Direito Penal só teria atuação legítima na proteção de bens jurídicos quando as demais esferas do Direito se mostrassem ineficazes para tanto.

Segundo Zaffaroni e Pirreangeli (2015, p. 403), “bem jurídico penalmente tutelado é a relação de disponibilidade de um indivíduo com um objeto, protegida pelo Estado, que revela seu interesse mediante a tipificação penal de condutas que o afetam”, ou seja, “os bens jurídicos são os direitos que temos a dispor de certos objetos”.

Nessa lógica, o Direito Penal deveria atuar na proteção dos bens jurídicos mais relevantes e menos disponíveis. Nas palavras de Luiz Regis Prado (2007) “aparece ele como uma orientação político-criminal restritiva do *jus puniendi* e deriva da própria natureza do Direito Penal e da concepção material de Estado democrático de Direito”.

Entretanto, observa-se que essa não é a

realidade da legislação penal, como demonstra Alessandro Baratta em sua crítica ao mito do direito penal igualitário: “o grau efetivo de tutela e a distribuição do *status* de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade” (BARATTA, 1999, p. 162).

A título de exemplo, observa-se a valoração do bem jurídico “patrimônio” pelo ordenamento jurídico, no qual se vê que sua lesão é altamente penalizada. No caso do furto simples (artigo 155 do Código Penal) tem-se a atribuição de pena de reclusão de um a quatro anos e multa, sendo que na modalidade qualificada – amplamente aplicada em decorrência dos próprios meios executórios do delito - a pena base pode chegar a oito anos de reclusão. A extorsão, disciplinada pelo artigo 158 do Código Penal, por sua vez, possui pena de reclusão de quatro a dez anos e multa, e no caso de extorsão mediante sequestro (artigo 159 do Código Penal) a pena base pode atingir quinze anos de reclusão.

Já da análise da valoração dada ao bem jurídico “liberdade pessoal”, verifica-se que a legislação penal não é igualmente severa ao punir sua lesão. No caso do tipo penal previsto no artigo 149 do Código Penal, denota-se que o legislador atribuiu pena de reclusão de dois a oito anos e multa para a conduta de reduzir alguém à condição análoga à de escravo. Ou seja, o bem jurídico “liberdade pessoal” e até mesmo a dignidade da pessoa humana, possuem menor valoração se comparados aos crimes patrimoniais, tendo atribuição de pena similar ao delito de furto qualificado e pena mais branda do que o delito de extorsão.

Após os comparativos supracitados, faz-se mister refletir sobre quem é o sujeito passivo titular do bem jurídico tutelado para que se possa entender a seletividade da norma penal. No caso

dos crimes patrimoniais, fica claro que os sujeitos passivos são os detentores do patrimônio, ou seja, detentora do poder. Já no caso do crime de redução a condição análoga a de escravo o sujeito passivo dos crimes patrimoniais passa a figurar como sujeito ativo na condição de empregador que se utiliza da exploração da mão de obra do sujeito passivo, qual seja, da classe não detentora de capital, os pobres.

Assim, apesar da indisponibilidade da liberdade pessoal frente à disponibilidade do patrimônio, vê-se que essa classificação não é considerada pelo legislador ao fixar a pena, o que coloca em cheque o discurso da retributividade da pena em razão da importância dada ao bem jurídico penalmente tutelado.

Nessa perspectiva, denota-se pela observância da reprovabilidade da conduta, que o discurso da dogmática penal é ilegítimo e que a igualdade da lei penal é, na verdade, um mito existente apenas no plano abstrato, enquanto no plano fático verifica-se que o maior indicador criminal é o das infrações envolvendo a propriedade privada (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 80).

Outro flagrante favorecimento dado pela legislação aos detentores de poder, desta vez político, pode ser percebido ao se analisar as imunidades parlamentares. Pela leitura do artigo 53 da Constituição Federal, verifica-se que são impostos diversos obstáculos para que aqueles que ocupam cargos políticos sejam processados criminalmente. Por exemplo: o parágrafo segundo do referido artigo prevê que o parlamentar não pode ser preso em flagrante delito, salvo por crime inafiançável, e neste caso a respectiva Casa no Congresso Nacional resolverá sobre a prisão. No caso de ação penal contra o congressista, o parágrafo terceiro prescreve a possibilidade de sustação da ação por decisão política, contexto esse que possibilita a troca de favores para beneficiar, sobretudo, os

detentores de maior poder de influência.

Segundo ALESSANDRO BARATTA (1999, p. 167), há a formação de uma “rede muito fina” na formulação técnica dos tipos legais quando dirigidos a comportamento típicos dos indivíduos pertencentes às classes subalternas enquanto a “rede é muito larga” quando os tipos legais têm por objeto formas de criminalidade típicas dos indivíduos pertencentes às classes no poder.

Ademais, apesar de a criminalização primária atingir toda a coletividade, percebe-se que não são todas as condutas típicas que recebem solução por parte do sistema penal, o qual opera com seletividade através de seus agentes. A seleção das condutas típicas que irão receber resposta do sistema penal se dá no contexto da criminalização secundária.

Essa seletividade se fundamenta, primeiramente, na incapacidade estrutural do sistema penal frente à abrangência da criminalização primária. Se todas as condutas desviantes fossem de fato objeto do sistema penal ocorreria uma verdadeira catástrofe social, uma vez que praticamente todos os indivíduos seriam criminalizados (ZAFFARONI, 2001, p. 26).

Dessa forma, o sistema está estruturalmente arquitetado para administrar um reduzidíssimo percentual das infrações tipificadas, o que faz com que a impunidade seja a regra no funcionamento do sistema penal (BARATTA, 1999, p. 49). Logo, se considerada a criminalidade oculta, também designada como “cifra negra”, conclui-se que a criminalidade real é muito maior do que a considerada oficialmente pelas estatísticas criminais.

Nessa perspectiva, o sistema seleciona certas infrações nas quais irá intervir, tendo como parâmetro de escolha as conotações sociais dos autores. Conforme explica Vera Regina Pereira de Andrade (2003, p.51), “a impunidade e criminalização são orientados pela seleção

desigual de pessoas de acordo com seu *status* social, e não pela incriminação igualitária de condutas objetiva e subjetivamente consideradas em relação ao fato-crime, conforme preconiza a Dogmática Penal.”

Percebe-se que a seletividade do sistema penal - exteriorizada através da atuação da polícia, dos órgãos de acusação pública e dos juízes - opera através de um etiquetamento de determinados indivíduos como inimigos e, conseqüentemente, selecionados como alvos pelo sistema. Assim, ainda que dois indivíduos pratiquem a mesma conduta desviante, apenas o “etiquetado” é selecionado pelos órgãos do sistema penal para sofrer a retribuição punitiva.

Esse etiquetamento é abordado pela teoria da “reação social” ou “*labeling approach*”, a qual, como explica Alessandro Baratta (1999, p. 86) “tem se ocupado principalmente com as reações das instâncias oficiais de controle social, consideradas na sua função constitutiva em face da criminalidade”. Ainda segundo o autor, a chance de um indivíduo ser etiquetado depende da posição que este ocupa na pirâmide social.

A teoria do *labeling approach*, ao considerar a cifra negra da criminalidade, em especial os crimes de “colarinho branco”, nega o paradigma ontológico da criminologia, colocando em cheque a definição biológico-determinista do delinquente defendida por Cesare Lombroso (2007), uma vez que considera a criminalidade como fruto não de um ser biologicamente determinado, mas sim como uma reação social a determinadas condutas praticadas por determinadas pessoas.

Nesse diapasão, o perfil do indivíduo “etiquetado” é ditado pelos interesses dos donos do poder e disseminado para a sociedade através dos meios de comunicação de massa. Associados a propagação do pânico, a mídia veicula estereótipos de delinquentes e relaciona o crime e a sensação de insegurança a esse perfil de

indivíduo criminoso.

Esses estereótipos, segundo Zaffaroni (2001, p.130) “permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delinquentes (delinquência de colarinho branco, dourada, de trânsito, etc.)”.

Enquanto a intervenção do sistema geralmente subestima e imuniza as condutas às quais se relacionam com a produção dos mais altos, embora mais difusos danos sociais (delitos econômicos, ecológicos, ações da criminalidade organizada, graves desvios dos órgãos estatais) superestima infrações de relativamente menor danosidade social, embora de maior visibilidade, como delitos contra o patrimônio, especialmente os que têm como autor indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais débeis e marginalizados (ANRADE, 2003, p. 52).

Essa superestimação das infrações de “relativamente menor danosidade social” e a seletividade do sistema penal refletem nos dados do sistema carcerário. No caso do Brasil, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias realizado em dezembro de 2014 pelo Departamento de Penitenciário e Fórum Brasileiro de Segurança Pública ⁷, considerando os tipos penais propriamente ditos, tem-se que os crimes de roubo e tráfico de entorpecentes respondem, sozinhos, por mais de 50% das sentenças dos encarcerados, enquanto os crimes contra a Administração Pública e os crimes de trânsito representam 0% dos condenados à pena privativa de liberdade.

O fato de os crimes contra o patrimônio serem os campeões em número de sentenças condenatórias à prisão demonstra que as classes

subalternas são aquelas selecionadas pelos processos de criminalização primária e secundária, uma vez que como efeito do neoliberalismo, da má distribuição do capital e da substituição do Estado Providência pelo Estado Penal é “natural que as classes mais desfavorecidas deste sistema de distribuição estejam mais particularmente expostas a esta forma de desvio” (BARATTA, 1999, p. 198).

Ainda segundo o mesmo levantamento realizado pelo *Infopen* ⁸, se considerados os também os crimes tentados, tem-se que o tráfico de drogas é responsável por 28% dos encarcerados, o crime de roubo por 25% e o furto por 13%.

Importante salientar que a intensa repressão ao tráfico de drogas no Brasil, influenciado pela política de combate às drogas norte-americanas, resulta, majoritariamente, na prisão de pequenos traficantes, especialmente aqueles envolvidos em comércio de drogas nas ruas, e não da repressão de grandes narcotraficantes.

No caso das mulheres, a maioria está presa em decorrência de tráfico de drogas, delito esse que cometem, na maior parte das vezes, para prover o sustento de sua família. Ressalta-se, ainda, que a mulher ocupa um papel subalterno nas redes de organização hierárquica tráfico de drogas, dirigidas por comandos masculinos que impõem às mulheres a reprodução da desigualdade e da discriminação de gênero (CORTINA, 2015, p. 761-778).

Essa análise pode ser corroborada pelo perfil dos indivíduos encarcerados à medida que a maioria dos presos são jovens, negros e de baixa escolaridade, conforme denota-se da análise dos dados oficiais das penitenciárias brasileiras, os quais apontam que, em dezembro de 2014, população carcerária era composta por 30,12% de jovens de 18 a 24 anos, 61,37% de

⁷ DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Infopen*: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 11 julho de 2017.

⁸ *Infopen*: sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro.

“negros/pretos e pardos” e 75,08% com escolaridade até o ensino fundamental completo.

É possível observar, assim, que os processos de criminalização e encarceramento tem maior incidência sobre jovens, negros e de baixa escolaridade, indicando que a pobreza e a vulnerabilidade social são fatores determinantes para a probabilidade de se receber a “etiqueta” que norteia os processos de criminalização e aprisionamento.

Nesse sentido, nota-se que o sistema penal é um instrumento utilizado para gerir diferencialmente as ilegalidades, operando conforme os interesses do momento político-econômico. Isso ocorre inclusive no caso dos crimes de colarinho branco, quando há colisão entre grupos de poderosos, ficando os perdedores desse duelo de forças vulneráveis ao sistema penal, sendo posteriormente utilizados como bodes expiatórios para uma falsa impressão de igualdade penal à população. Segundo Zaffaroni (2001, p. 118), “existe uma inoperância geral de nossos sistemas penais que, nos poucos casos em que atua, é instrumentalizado como meio de eliminação competitiva, deixando vulneráveis os menos poderosos.”

Ademais, a seletividade do sistema não opera somente na atuação policial, mas também se faz presente na arbitrariedade do poder judiciário na aplicação da lei penal no contexto da dosimetria da pena pelos critérios subjetivos elencados no artigo 59 do Código Penal, que conferem alto poder discricionário ao julgador. De acordo com Vera Regina Pereira de Andrade (2003, p. 70): “O princípio da individualização da pena com suporte na personalidade do criminoso é, pois, um produto do positivismo ampliando significativamente os poderes discricionários do juiz na aplicação da pena.”

A seletividade judicial movimenta-se por regras processuais e critérios subjetivos, resultando em uma tremenda insegurança jurídica, que acaba por prejudicar aqueles que

possuem uma realidade social diferente daquela vivida pelo julgador. Nas palavras de BARATTA (1999, p. 177-178) “o insuficiente conhecimento e capacidade de penetração no mundo do acusado, por parte do juiz, é desfavorável aos indivíduos provenientes dos estratos inferiores da população”.

Isto ocorre pela ação dos estereótipos e preconceitos nos operadores do direito, os quais, inseridos na sociedade de consumo, não estão imunes ao poder dos meios de comunicação na formação do perfil do delinquente.

A seletividade na aplicação da pena pelos operadores do direito expressa, ainda, um ativismo judicial que não visa resguardar e atuar em prol dos direitos e garantias fundamentais, mas pelo contrário, utilizam-se de medidas judiciais e remédios excepcionais para punir os “inimigos do povo”, assumindo papéis de heróis no combate a famigerada impunidade.

Entretanto, ocorre que o perfil do “inimigo” é constantemente manipulado e moldado de acordo com os interesses políticos e econômicos do momento, o que gera, além de uma completa insegurança jurídica, um poder arbitrário do julgador em medir o grau de periculosidade de uma pessoa ou até mesmo se ela se encaixa no estereótipo de inimigo vendido pela mídia no momento.

Diante dessa inconsistência, pode-se verificar que o sistema penal nada mais é do que uma meticulosa gestão das ilegalidades.

3 GESTÃO PENAL DA POBREZA

O Direito Penal juntamente como o Sistema Penal, através de seu *modus operandi*, desempenha papel essencial no reforço da estratificação social e na reprodução das desigualdades. Através das sanções estigmatizantes, seletivamente aplicadas às classes sociais mais baixas, age como forma de impedir a ascensão social, visando manter um

grupo à parte e facilitar sua subtração do corpo societal.

Dessa forma, a prisão atua como uma verdadeira fábrica de delinquentes, à medida que traz, reiteradamente, de volta ao cárcere aquele que nele já esteve por uma vez. No Brasil, por exemplo, estima-se que o nível de reincidência oscile de 70% a 85%, embora não haja um número exato oficialmente divulgado⁹.

A alta taxa de reincidência demonstra o fracasso do discurso oficial da prisão, que teria por objetivo a prevenção do crime e a ressocialização do delinquente. Entretanto, sob a ótica da criminologia crítica, a prisão, em sua atual conjuntura, jamais seria capaz de ressocializar - ou reintegrar - o criminoso, pelo contrário, ela tem como consequência um distanciamento social ainda maior dos apenados.

Nesse sentido, faz-se necessário questionar: qual seria o interesse por trás do fracasso da prisão? Por que o Estado vem construindo durante séculos delinquentes cada vez mais perigosos? Qual a utilidade da reincidência?

Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, explica que a prisão, ao aparentemente “fracassar”, tem pleno êxito em atingir seu objetivo: produzir a delinquência como tipo especificado de ilegalidade, que se isola junto a suas próprias organizações internas, fadada a uma criminalidade violenta cujas vítimas são de origem pobre, atuando como um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante, sendo que “os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades. O ‘fracasso’

da prisão pode sem dúvida ser compreendido a partir daí”. (FOUCAULT, 2013, p. 258)

Nessa perspectiva, para que a prisão atinja seu objetivo, não se pode deixar de fabricar delinquentes e para fabricá-los utiliza-se de seus próprios meios estruturais: o tipo de vida que faz os detentos levarem dentro do cárcere; as limitações violentas; o abuso de poder; a convivência com a corrupção, medo e incapacidade dos guardas; a exploração por um trabalho penal, que nessas condições não pode ter nenhum caráter educativo. Assim, a prisão possibilita a construção de um contingente de delinquentes, hierarquizados entre si e organizados para parcerias “profissionais” futuras.

Ademais, a prisão é bem-sucedida em fabricar delinquentes não somente dentro da instituição penal, mas também fora dela. Ao tirar o chefe da família de casa, ao encarcerar as mães de filhos ainda sob seus cuidados, sem oferecer qualquer amparo digno aos que ficaram em situação de abandono, a família inteira do preso fica exposta à miséria. Consequentemente, viabiliza-se a expansão do envolvimento na criminalidade nesse seio familiar.

Além de compreender o motivo da fabricação da delinquência, é necessário compreender a construção desse delinquente enquanto ser social e seu papel na sociedade como produto do sistema penal.

Como efeito da estigmatização penal, tem-se a construção social da população delinquente, e com uma vez que não só a classe consumidora possui um preconceito formado sobre o estereótipo do criminoso, mas também o próprio etiquetado identifica-se socialmente como tal, ou seja, a definição que ele dá a si mesmo é a mesma que os outros dão a ele. (BARATTA, 1999, p. 180-181).

A partir do momento em que não só a sociedade tem o estereótipo de delinquente idealizado, mas como o próprio estereotipado se

⁹DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Infopen*: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Junho de 2014, p. 277. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisonal/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em 24 de julho de 2017.

identifica enquanto delinquente, esse passará a agir de modo a atender as expectativas do papel que lhe é atribuído, sobretudo, pela mídia. Como aponta Domingos Barroso da Costa (2012, p. 12): “a grande maioria dos que optam por alguma forma de desvio para se tornarem protagonistas do espetáculo, e, dessa forma, obter uma identidade, termina por confirmar sua exclusão social”.

Ademais, com a formação da economia “não-oficial”, essa identificação com o estereótipo de delinquente se torna ainda mais palpável. No contexto do tráfico de drogas, por exemplo, o indivíduo encontra função na hierarquia da economia paralela desde a infância, atuando como “olheiros”, passando por vendedor na boca de fumo (conhecidos como “vapor”), gerentes, ou até mesmo “dono de galeria” na prisão. Nesse cenário, a população marginalizada e desamparada de um Estado-Providência encontra na economia paralela a possibilidade de ascensão dentro de “carreiras profissionais”, o que dificilmente o mercado oficial lhes possibilitaria.

Uma vez inseridos nos cargos da economia paralela mais vulnerável à atuação policial, os jovens tendem a ser submetidos ao “fracasso” do sistema prisional. Assim, após a passagem pela prisão, a estigmatização social, iniciada na desestruturação familiar e escolar, vê-se agora reforçada pela condição de “ex-presidiário” e, conseqüentemente, o jovem volta ao seu papel na economia paralela da criminalidade, desta vez ainda mais inserido em decorrência da experiência no cárcere.

Em sua experiência com sistema penal e suas agências oficiais, o indivíduo é submetido a diversas formas de violência estatal, a começar pela policial. A militarização da polícia e das penitenciárias tem como consequência a legitimação da violência ao institucionalizá-la no próprio sistema.

Ademais, a militarização das agências

do sistema penal institui a violência não apenas nos criminosos, mas também nos próprios agentes através processo denominado por Zaffaroni como “policização”:

Em geral, as agências militarizadas são integradas por pessoas recrutadas dos segmentos carentes da população, isto é, dos mesmos setores nos quais se produzem a vitimização e a criminalização. Este pessoal sofre uma série de graves violações a seus direitos humanos, comumente ignoradas nos discursos penais e criminológicos. Tem-se falado bastante, nos últimos anos, no processo, de criminalização, mas tem-se falado muito pouco no processo de policização, igualmente deteriorante, que atua sobre os mesmos segmentos carentes da população, (ZAFFARONI, 2001, p. 138).

Ainda segundo o autor, a policização “consiste em deteriorar sua identidade original e substituí-la por uma identidade artificial, funcional ao exercício de poder da agência”. Nessa perspectiva, a militarização e verticalização da polícia interiorizam no policial a violência, para que ele, habituado e condicionado à mesma, a reproduza no exercício de sua profissão.

Por essa lógica, os agentes executivos reproduzem a violência institucional neles interiorizada, submetendo os delinquentes a práticas violentas e letais (maus-tratos, tortura, vexames e ameaças) tanto nas operações policiais quanto no cárcere. Conseqüentemente – e não poderia ser diferente – esses delinquentes, por sua vez, passam pelo mesmo processo de deterioração de identidade e incorporação da violência, o qual passam, também, reproduzir quando retornam ao convívio social.

Ademais, a própria prisão em si fere o encarcerado em sua dignidade enquanto ser humano de todas as formas possíveis: é privado de sua liberdade, de sua autonomia, de seus hábitos, suas convivências, seus vícios e suas paixões. A isso se associam, ainda, a humilhação

estrutural comum às penitenciárias: superlotação, falta de alimentos, déficit de acomodações e precário atendimento sanitário e de saúde. A esse processo Zaffaroni dá o nome de “prisionização” (ZAFFARONI, 2001, p. 135-137).

Logo, o cárcere, não só fabrica delinquentes, como o faz de maneira a torná-los violentos e socialmente perigosos, construindo seres humanos habituados a práticas desumanas que reproduzem um sentimento de cólera e injustiça, para que assim se possa tornar aceitável (e popularmente desejado) o tratamento desumano do Estado contra eles, reforçando a necessidade da “etiqueta” de inimigo que lhes é atribuída.

Nesse contexto, observa-se um ciclo letal, que atinge, sobretudo, as camadas inferiores dos estratos sociais, seja enquanto policial, desvalorizado e desrespeitado pelo Estado, seja enquanto criminoso, ou seja, apesar de assumirem papéis opostos na “guerra do bem contra o mal”, como se verdadeiros inimigos fossem, ambas as vítimas da “policização” e da “prisionização” sofrem dos mesmos estigmas deixados pelo sistema penal.

Não obstante, a delinquência é construída, ainda, pelo judiciário, que possui o papel de sentenciar o condenado a um sistema que não mais pune única e exclusivamente o corpo, como nos tempos dos castigos corporais, mas vai além, pune a dignidade e a humanidade do condenado.

Ademais, aos magistrados é dado o fardo de condenar o indivíduo a um sistema incompatível com a ideologia dos direitos humanos e com os princípios constitucionais por eles estudados na vida acadêmica, fardo esse que só se torna suportável devido à burocratização do processo, que faz evaporar os resquícios humanos do processo judicial.

Frente às noções de policização, a prisionização e a burocratização, pode-se concluir que “o sistema penal é um complexo

aparelho de deterioração regressiva humana que condiciona falsas identidades e papéis negativos” (ZAFFARONI, 2001, p. 143), que, no processo de construção de delinquência, viola os direitos humanos não só dos criminalizados, mas também de seus operadores.

Constituída a delinquência, e com ela o inimigo do bom funcionamento da sociedade, iniciam-se as mitigações das garantias fundamentais, uma vez que lhe é negada a condição de pessoa, sendo considerado apenas como ente perigoso e, por conseguinte, que merece ser contido.

Esse cenário serve apenas de mais um pretexto para legitimar o controle social punitivo através de medidas de contenção para “suspeitos perigosos”, ou seja, para aqueles que se encaixem no estereótipo do inimigo. Trata-se “de um direito penal de *periculosidade presumida*, que é a base para a imposição de penas sem sentença condenatória formal à maior parte da população encarcerada” (ZAFFARONI, 2007, p. 71).

Diante da condição “não-humana” do delinquente, operam-se as decisões arbitrárias de caráter de exceção para que deixem de imperar os direitos e garantias constitucionais, entre eles, o princípio da presunção da inocência. Sob fundamentos legais vagos e discricionários como o da “garantia da ordem pública”, a prisão deixa de ser a *ultima ratio* no campo das medidas cautelares do processo penal.

Outro fator que viabiliza o encarceramento do pobre, sem que haja sentença condenatória definitiva, é o fator econômico que norteia o preenchimento dos requisitos para imposição de medida cautelar substitutiva à privação da liberdade. O desemprego, a ausência de residência fixa e a imposição de fiança constituem obstáculos ao direito de aguardar o julgamento do processo em liberdade, constituindo uma verdadeira punição, ou no mínimo uma negação de garantia constitucional,

aos pobres.

Ademais, a observância do princípio da presunção da inocência gera na massa popular uma sensação de impunidade, que é reforçada pelas manchetes midiáticas que divulgam de forma sensacionalista as concessões de liberdade provisórias, reafirmando o senso comum de que a imposição de penas punitivas severas é a chave para a redução da criminalidade.

Todavia, como já exposto, alto nível de reincidência revela o fracasso desse discurso punitivo, revelando justamente o oposto, quanto maior o contato com a instituição carcerária, maior o envolvimento do indivíduo no “Estado paralelo”, dominado pelas organizações criminosas, bem como maior a distância social criada pelo estigma do cárcere.

Nessa perspectiva, o aumento da criminalidade não é consequência da impunidade, mas está, na verdade, relacionado a fatores sociais, como o crescimento do desemprego e o declínio econômico. Como lecionam Georg Rusche e Otto Kerchheimer (2004, p. 225): “A observação da íntima relação entre crime e condições socioeconômicas ensina àqueles que lidam com o problema que é inútil lutar contra o crime introduzindo penas mais duras”.

Nesse sentido, observa-se a lógica do sistema e como este obtém tremendo êxito em alcançar o objeto de controle da classe pobre: com a supressão do Estado Social, excluem-se, cada vez mais, as possibilidades de inserção no mercado formal, ocasionando a consequente inserção do marginalizado no mercado informal, o qual é tarjado pelo sistema penal, com o amparo da legislação penal. Quando o indivíduo marginalizado é flagrado pelas agências executivas no exercício de sua atividade criminalizada, este não possui amparo em uma “ocupação lícita” para ter seu direito constitucional à liberdade e à presunção da inocência resguardados.

A criminalização generalizada e as políticas criminais de tolerância zero, somadas ao uso desenfreado das prisões provisórias por parte das autoridades judiciais, tem como consequência a superlotação carcerária, o que causa empecilho para que o sistema penitenciário continue atuando como instrumento de controle da classe subalterna.

Para que os pobres continuem a serem transformados em delinquentes e, conseqüentemente, para que os donos do poder se mantenham no controle da gestão da pobreza conforme seus interesses, faz-se necessário que outras medidas se operem para repor o déficit do cárcere.

Nesse cenário, são instituídas as medidas alternativas à prisão como forma de manutenção da vigilância e do controle estatal sobre a população. Com a utilização de medidas como o monitoramento eletrônico, ocorre a extensão da rede penal para os bairros, penetrando na privacidade tanto do condenado quanto de sua família e comunidade, instituindo-se uma espécie de social-panoptismo.

Ademais, o setor privado se beneficia com o mercado de monitoramento eletrônico. No Brasil, o ramo de tornozeleiras eletrônicas segue direção oposta à crise econômica apresentando alta no mercado e sendo considerado um investimento promissor pelos veículos de informação¹⁰.

Dessa forma, donos do poder econômico utilizam o sistema penal não só para gestão das ilegalidades, mas também como forma de investimento no mercado e maior concentração do capital. O envolvimento do setor privado no sistema carcerário se faz presente, inclusive, na própria essência da

¹⁰ Notícia veiculada pelo portal eletrônico, O Globo, apontou crescimento de 300% no mercado de tornozeleiras eletrônicas entre 2011 e 2015. (Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/uso-de-tornozeleiras-eletronicas-dispara-mercado-cresce-quase-300-19637514>>. Acesso em 31 de julho de 2017.)

prestação do serviço punitivo com a privatização das penitenciárias. No caso dos Estados Unidos, “a indústria da carceragem é um empreendimento próspero e de futuro radioso, e com ela todos aqueles que artilham do grande encerramento dos pobres nos Estados Unidos” (WACQUANT, 2001, p. 60).

No Brasil, a privatização se faz presente através dos modelos de cogestão e das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Na cogestão o estado assume a direção da unidade, da guarda e de escolta externa, enquanto a empresa privada assume toda a operacionalização da unidade, gerindo serviços de saúde, alimentação, limpeza, vigilância e escolta internas, bem como a manutenção das instalações. Já pelo contrato de PPP, a empresa fica encarregada de desenhar o projeto arquitetônico, financiar o empreendimento, construir e manter a infraestrutura.

Já manchada pela ilegalidade por violar a indelegabilidade do exercício do poder de polícia e do *ius puniendi*, a privatização do cárcere faz com que este se insira no mercado econômico, regido pela lei da demanda, ou seja, o encarceramento em massa torna-se medida necessária para que o serviço se mantenha rentável para os investidores. Para tanto, políticas criminais como as de “lei e ordem”, “tolerância zero”, “guerra às drogas” – entre outras denominações que na verdade camuflam a real intenção de prisão dos pobres – não podem deixar de serem utilizadas como estratégia central da política de segurança pública.

Além da interferência direta do setor privado no sistema penitenciário, o mercado se beneficia indiretamente com a terceirização de serviços relacionados ao cárcere, como o fornecimento de alimentação, uniformes, serviço de lavanderia etc., além da aquisição de equipamentos de alto valor, como as armas para os policiais, o que transforma a indústria do crime em algo extremamente rentável.

Não obstante, o encarceramento dos pobres favorece a iniciativa privada à medida que desqualifica o mercado de trabalho. O encarceramento em massa além de ampliar a economia informal, acelera a precarização do trabalho assalariado para aqueles que pretendem ingressar na economia formal, produzindo um conjunto de mão-de-obra submissa disponível, uma vez que “os antigos detentos não podem pretender senão os empregos degradados e degradantes, em razão de seu status judicial infamante” (WACQUANT, 2001, p. 64).

Diante do exposto, verifica-se que os donos do poder utilizam-se da classe subalterna para a construção da criminalidade seletiva, base para os dados oficiais e para a propaganda midiática, à medida que se opera o etiquetamento dos pobres e desprovidos de assistência social enquanto delinquentes, submetidos ao controle estatal através do encarceramento em massa.

Os efeitos do cárcere vão além de seus muros, uma vez que não cessam com a liberdade do encarcerado, tampouco deixa seu estigma apenas neste: o sistema penal reproduz e exporta a miséria, garantindo que a condição de pobreza se mantenha imutável e, conseqüentemente, que a política de criminalização dos pobres se mantenha viva.

A gestão penal da pobreza constitui uma espécie de autofagia cíclica, na medida em que se alimenta de seu próprio produto: quanto mais os pobres são encarcerados, mais eles (e suas famílias) se mantêm atrelados ao status social e suas imposições, dentre elas a etiqueta de delinquente.

Assim, delimitado o grupo social indigno de direitos humanos, a miséria é gerida conforme os interesses da classe detentora do capital. Os indivíduos submetidos ao cárcere são peças no jogo da gestão das ilegalidades, que além de serem utilizados como cortina à cifra negra da criminalidade, também funcionam como meio de exploração econômica aos estratos

mais altos das camadas sociais. Os mesmos interessados no desvio das ilegalidades, utilizam-se do produto do cárcere como mais uma forma de concentrar o capital e, conseqüentemente, o poder. Nesse sentido, afirma Foucault (2013, p. 241), que “não há natureza criminosa, mas jogos de força que, segunda a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão”.

Cenários como o da mitigação das garantias individuais, da tortura institucional e do genocídio de grupos sociais provocados pelo sistema penal, não recebem atenção midiática, tampouco comoção popular, uma vez que os envolvidos nessas atrocidades sistêmicas são, em sua maioria, pobres, produtos do próprio sistema economicamente neoliberal e penalmente intervencionista.

CONCLUSÃO

O sistema carcerário brasileiro e sua ineficácia no combate à violência é frequentemente pauta de discussão tanto no âmbito político quanto social. Todavia, esse debate geralmente se concentra nos efeitos – ou na falta deles – do cárcere em relação à criminalidade: há um falso senso comum de impunidade e um pânico social disseminado pelos meios de comunicação.

Em momentos de crise econômica e incerteza política, muitos aspirantes a cargos políticos aproveitam-se do discurso de rigidez penal para atrair eleitores, apoiar projetos de lei que endurecem a legislação penal e, ainda, executar políticas criminais no modelo “tolerância zero”, amparadas pela propaganda dos discursos de segurança pública e ordem social, ao mesmo tempo em que se utiliza de um discurso neoliberal para diminuir o Estado Social, cortando gastos assistenciais.

Entretanto, carece-se de discussões sobre os interesses que norteiam o “fracasso” do

sistema penal, interesses esses que necessitam da sensação de insegurança para se perpetuarem, bem como do redirecionamento de gastos públicos do Estado Social para o Estado Penal.

Com a presente pesquisa buscou-se demonstrar que o fracasso do cárcere é, na verdade, sucesso para os que se interessam por seus produtos, bem como que o sistema penal é um instrumento utilizado para gerir diferencialmente as ilegalidades e desenvolvido para operar seletivamente em relação a um determinado grupo de indivíduos: os pobres.

Primeiro, essa seletividade opera-se através do Direito Penal, que dá legitimidade à intervenção do Estado por meio da criminalização generalizada. Na legislação, a tutela de bens jurídicos não obedece à dogmática da lesividade da conduta e demonstra ser norteadada pelos interesses dos donos do capital, atribuindo penas mais severas às condutas que ameacem a ordem burguesa.

A seletividade continua em um segundo plano através do Sistema Penal, materializado na atuação das agências executivas e judiciais. Os crimes praticados pela população marginalizada são os escolhidos para receberem maior atenção policial, funcionando como cortinas para cifra negra da criminalidade que paira sobre os crimes praticados pelos donos do poder (crimes de colarinho branco, crimes ambientais e crimes de trânsito, por exemplo). Além disso, a seletividade leva à insegurança jurídica diante de decisões arbitrárias que fazem uso de remédios excepcionais para mitigar as garantias constitucionais, punindo mais severamente aqueles que se encaixam no perfil de delinquente fabricado no momento.

O resultado da união entre seletividade primária e secundária é o encarceramento em massa dos pobres. Dados oficiais das penitenciárias brasileiras demonstram que a exorbitante maioria dos presos foi condenada por tráfico de drogas, roubo ou furto, bem como a

população carcerária brasileira é de maioria negra, de baixa escolaridade e baixa renda.

O encarceramento dos pobres proporciona a manutenção da concentração do capital nas classes superiores, perpetuando a estratificação social, à medida que os estigmas do cárcere não permitem que os presos (e consequentemente suas famílias) ingressem na economia formal, mantendo-os em delinquência e distantes da ascensão de classe, corroborando a etiqueta de delinquente que recebe.

A marginalidade acompanha o desenvolvimento de uma economia informal, dominada pelas organizações criminosas, onde os pobres encontram meios de sustento familiar e “profissões” de maior rentabilidade, já que o mercado formal não pode oferecer tais condições para um indivíduo que é produto da precarização do serviço público e da omissão do Estado Providência.

Apesar das estatísticas apontarem que penas mais duras são ineficazes para o combate ao crime e à reincidência, a população anseia por maior punição e leis mais severas. Nesse contexto, a legislação se endurece e as políticas criminais se transformam em guerras disfarçadas de “bem contra mal”, quando, na verdade, institui-se um processo de “desumanização” que atinge não só os delinquentes, mas também os próprios policiais, agentes penitenciários e operadores do Direito.

Como consequência desse cenário de seletiva rigidez penal, tem-se a superlotação

carcerária, sendo necessário que o Estado articule diferentes maneiras de manter a vigilância e controle dos pobres. Para isso, faz-se uso das penas alternativas e medidas cautelares diversas da prisão, como o monitoramento eletrônico, que estende o sistema penal para o cotidiano das comunidades marginalizadas.

Ademais, a manutenção da atual conjuntura do sistema penal possibilita que a gestão da pobreza atenda aos interesses dos donos do poder político e econômico, não só mantendo a estratificação social, mas também gerando lucros ao setor privado. O cárcere e seus desdobramentos tornaram-se um investimento lucrativo, seja na terceirização de serviços para atender a demanda carcerária, seja no mercado de armamento, munição e tornozeleiras eletrônicas, ou ainda, na exploração de mão de obra barata exportada pelo cárcere.

Assim, com a presente pesquisa foi possível concluir que o cárcere não é mecanismo estatal de prevenção do crime ou ressocialização do criminoso, mas sim instrumento de criminalização e gestão da pobreza, orquestrado pelos interesses dos poderosos, velado por uma propaganda midiática de segurança pública através de punições mais severas em detrimento de políticas sociais que busquem preservar as garantias fundamentais e a dignidade humana, atuando, por fim, como aparato de reprodução da desigualdade e segregação social.

REFERÊNCIAS

10º ABSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. ISSN 1983-7364. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em 12 julho de 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Horizonte de Projeção do Controle Penal no Capitalismo Globalizado Neoliberal*. In: Gustavo Noronha de Ávila. (Org.). *Fraturas do Sistema Penal*. 1ed. Porto

Alegre: 2013, p. 31-48.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos de violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ÁVILA, Gustavo Noronha de (Org). *Fraturas do sistema penal*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BATISTA, Nilo. *Matrizes bélicas do sistema penal brasileiro, I*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

BATISTA, Vera Malaguiti. *Criminologia e Política Criminal*. In: Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. no.2, julho/dezembro 2009, p. 20-39.

BATISTA, Vera Malaguiti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BENTHAM, Jeremy. *et al. O Panóptico*; organização de Tomaz Tadeu; traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *CPI sistema carcerário*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. – (Série ação parlamentar; n. 384). Disponível em <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>>. Acesso em 3 julho de 2017.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Universidade de Brasília: 2001.

CHRISTIE, Nils. *A Indústria do Controle do Crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CORTINA, Mônica Ovinski de Camargo. *Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista*. Revista de Estudos Feministas, v. 23, p. 761-778, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026X-ref-23-03-00761.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2017.

COSTA, Domingos Barroso da. *Circuito perversos II: os efeitos criminógenos da mídia exploradora da violência como espetáculo*. São Paulo: Boletim IBCCrim, ano 20, n. 236 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/pdfs/Boletim236.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Junho de 2014*. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em 24 julho de 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Dezembro de 2014*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 11 julho de 2017.

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FRANCO, Alberto Silva. *Crimes hediondos: notas sobre a Lei nº 8.072/90*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalhete. 41 Ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 25 ed. São Paulo: Graal. 2012.
- HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Niterói: Luam, 1993.
- LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. 5 Ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
- Pastoral Carcerária Nacional. *Prisões privatizadas no Brasil em debate*; coordenação de obra coletiva: José de Jesus Filho e Amanda Hildebrand Oi. – São Paulo: ASAAC, 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Relato%CC%81rio-sobre-privatizac%CC%A7o%CC%83es.pdf>>. Acesso em 30 de julho de 2017.
- PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral*. v.1. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- ROXIN, Claus. *A proteção de bens jurídicos como função do direito penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006
- RUSCHE, George; KIRCHHEIMER Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SERRA, Marco Alexandre de Souza. *Economia política da pena*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. 2. Ed. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro, Revan, 2007.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3ª edição, revista e ampliada, agosto de 2007.

Recebido em: 05/07/2018

Aceito em: 22/10/2018

O cárcere como instrumento de gestão penal da pobreza

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 40, p. 154-175, ago. 2019.

ISSN: 0104-6594 Site <http://seer.ufrgs.br/revfacdir> Email: revistafacdir@ufrgs.br

Faculdade de Direito da UFRGS - Avenida João Pessoa, 80 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS - Brasil
CEP 90040-000 - Telefone: +55 51 3308-3118 - Site <http://www.ufrgs.br/direito/>